

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de Março de 2019 e 2018





Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

SUMARIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
NOTAS EXPLICATIVAS	10
01 CONTEXTO OPERACIONAL	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	14
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	15
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	16
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	16
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	16
09 IMOBILIZADO	17
10 INTANGÍVEL	17
11 FORNECEDORES.....	18
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	18
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	18
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA	19
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	20
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
17 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	21
18 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	22
19 RESULTADO FINANCEIRO	22
20 SEGUROS DE RISCOS	23



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, a smaller signature, and initials 'RR' and 'D'.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	92.565	127.797
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		139	148
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	55.386	43.732
Contingências e apropriações por Competência	14	174.425	169.945
Adiantamentos de Pessoal	7	17.719	13.800
Benefícios a Receber		159	7.582
Demais Contas a Receber		44	2.659
Adiantamentos a Fornecedores		52	46
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	20.975	20.687
Importação em Andamento		90	1.830
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		32	82
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		3	-
		361.589	388.308
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.539	1.504
Contingências e apropriações por Competência	14	300.155	298.152
Demais Créditos a Receber		69	70
Imobilizado	9	874.022	869.600
Intangível	10	1.278	478
		1.177.063	1.169.804
Total do Ativo		1.538.652	1.558.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

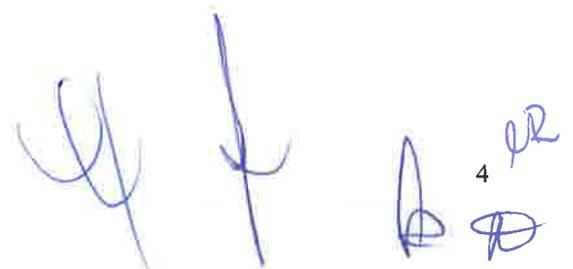
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante			
Fornecedores	11	23.910	32.243
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.401	9.985
Obrigações com Pessoal	13	45.446	60.196
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	174.425	169.945
Outras Obrigações		6.043	5.891
		<u>251.225</u>	<u>278.260</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		96	96
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	300.155	298.153
		<u>300.251</u>	<u>298.249</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.003.759	1.003.759
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital		109.463	103.764
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(15.585)	(15.329)
Prejuízos Acumulados		(110.461)	(110.591)
		<u>987.176</u>	<u>981.603</u>
Total do Passivo		<u>1.538.652</u>	<u>1.558.112</u>

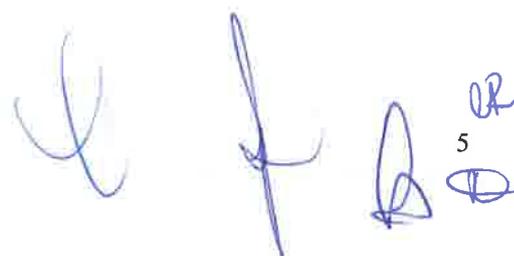
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		58.948	57.140
		58.948	57.140
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(103)	(106)
COFINS s/Faturamento		(474)	(489)
		(577)	(595)
Receita Operacional Líquida	16	58.371	56.545
Custo dos Serviços		(286.604)	(255.719)
Resultado Operacional Bruto		(228.233)	(199.174)
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(48.193)	(61.984)
Provisão para Contingências		(3.080)	-
		(51.273)	(61.984)
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		3.246	2.454
Despesas		(117)	(130)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(66)	(136)
	18	3.063	2.188
Lucro Antes do Resultado Financeiro		(276.443)	(258.970)
Resultado Financeiro	19		
Despesas Financeiras		(861)	(7.501)
Receitas Financeiras		599	511
		(276.705)	(265.960)
Repasses Recebidos		282.079	291.040
Rcpasses Recebidos		274.484	278.437
Repasses a Receber p/Cobertura c/ Provisão		7.595	12.603
Ajustes de Repasses		(5.774)	(28.869)
Receitas de Diferido		-	-
Repasses para Subvenções e Doações		(5.700)	(28.790)
Repasses transferidos para AFAC		-	-
Repasses concedido CAPES		(74)	(79)
Resultado Líquido do Exercício		(399)	(3.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

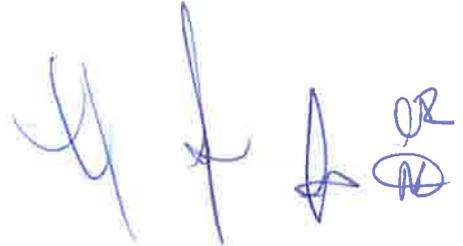


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, a vertical line, and several smaller initials and the number 5.


Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Realização da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	376.403	165.273	(16.600)	(101.419)	-	423.657
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(848)	848	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	(10.020)	-	(10.020)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	103.764	-	-	-	103.764
Ajuste da Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.118	2.118
Transferência AFAC p/Capital Realizado	627.356	(165.273)	-	-	-	462.083
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(17.448)	(110.591)	2.118	981.603
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	273	-	273
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(256)	256	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	5.700	-	-	-	5.700
Prejuízos do Exercício	-	-	-	(399)	-	(399)
Saldo em 31 de março de 2019	1.003.759	109.463	(17.704)	(110.461)	2.118	987.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de março de 2019 e 2018.

Em reais mil

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Prejuízo Líquido do Exercício	(399)	(3.789)
Ajustes de Depreciação/Amortizações	5.579	5.160
Ajuste de Exercícios Anteriores	273	-
Recomposição Ajustes da Avaliação Patrimonial	-	(61)
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(13)	(9)
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	-	6.882
Variação Cambial Passiva (Importação)	275	29
Variação Cambial Ativa (Importação)	(122)	(29)
Custo de Obras em Andamento	-	-
Baixa de Bens Imobilizados	202	708
Produção Bens Imobilizado	-	(3)
Produção de Bens em Estoque	(433)	(441)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(159)	(193)
Doações de Bens Móveis	(56)	(60)
Doação de Mercadorias	(567)	(285)
Reversão Adiant. Transf. Entidades p/ Aj. Exec. Anteriores	-	-
	4.979	11.698

Variação de Ativos e Passivos

Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(11.486)	(11.423)
Recursos a Receber de Provisão de Férias	11.832	12.414
Recursos a Receber de Licença Especial	(1.621)	(1.401)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	1.114	1.001
Adiantamentos a Pessoal	(3.919)	(2.585)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	10.032	1.906
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(35)	(40)
Importações em Andamento (Estoque)	1.740	(400)
Estoques	712	1.796
Despesas Pagas Antecipadamente	47	(31)
Fornecedores	(8.333)	(2.147)
Outras Obrigações a Pagar	164	2.118
Obrigações com Pessoal	(14.749)	(1)
Obrigações Sociais a Pagar	(7.578)	(37)
Obrigações Tributárias a Pagar	(1.006)	(182)
Provisão p/Férias	(11.832)	(12.414)
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(1.113)	(1.001)
Provisão p/Licença Especial	1.621	1.401
Recursos Especiais a Receber por Restos a Pagar	-	-
	(34.410)	(11.026)

Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais

(29.831) **3.117**

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisições de Bens Imóveis	(4.477)	(34.291)
Aquisições de Bens Móveis	(4.691)	(2.356)
Aquisições de Importação em Andamento	(1.075)	(1.331)
Aquisições de Bens Intangíveis	(858)	-

Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento

(11.101) **(37.978)**

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento





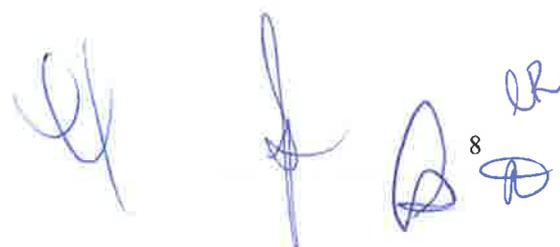

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de março de 2019 e 2018.

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.700	28.789
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.700	28.789
Caixa Adicionado no Período	(35.232)	(12.306)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	127.797	58.855
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	92.565	46.549
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(35.232)	(12.306)
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(56)	60
Doações de Mercadorias (Estoques)	(567)	285
Transações que não envolveram o Caixa	(623)	345

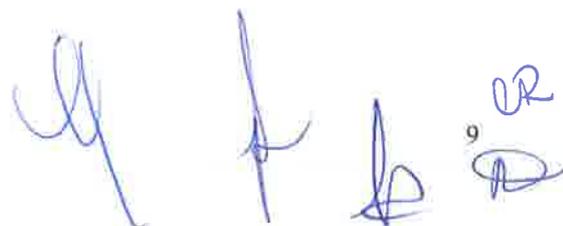
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Demonstração do Valor Adicionado		
Receitas		
Prestação de Serviços	58.948	57.140
Outras Receitas	2.568	1.488
Prov. Créd. Liq. Duv.-Reversão/Constituição	4	32
Reversão Custo Diferido	-	-
	<u>61.520</u>	<u>58.659</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	36.476	30.149
Serviços de Terceiros	36.977	32.957
Perda/recuperação de Valores Ativos	183	226
	<u>73.636</u>	<u>63.331</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(12.116)</u>	<u>(4.672)</u>
Despesas com Depreciação/Amortização	5.715	5.762
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>(17.831)</u>	<u>(10.434)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	599	511
Repasses Recebidos (-) Subvenções	276.380	262.251
Repasses Concedidos/Diferido	(74)	(79)
Receitas de Alugueis	1.107	1.378
	<u>278.012</u>	<u>264.061</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>260.181</u>	<u>253.627</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	174.097	170.214
Benefícios	19.406	18.291
FGTS	14.979	13.697
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	50.362	46.770
Estaduais/Municipais	14	16
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	861	7.501
Locação de Imóveis/Condomínio	201	245
Locação de Máquinas e Equipamentos	660	683
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(399)	(3.789)
Valor Adicionado Distribuído	<u>260.181</u>	<u>253.627</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) (MF e MP denominados de Ministério da Economia (ME) a partir de 01/01/2019) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoría dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

02 Principais Políticas Contábeis

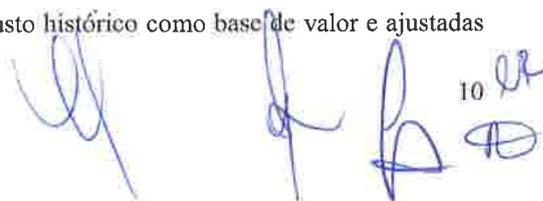
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.



Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2018 que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras da Instituição.

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, sendo mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de: Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Tempo de Serviço Passado / Previdência Privada e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

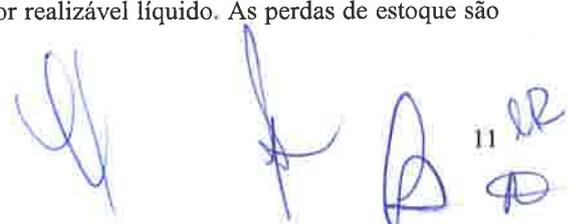
A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de março de 2019. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and several initials on the right, one of which is '11'.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de março de 2019. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal, são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº 10).

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

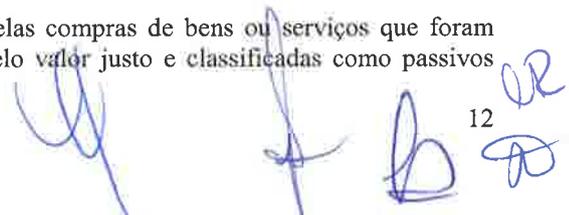
(j) Impairment de Ativos não Financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem quando um valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não pode ser recuperado.

Anualmente são realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos





Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em reais mil

circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 17.166 Cíveis, R\$ 124.545 Trabalhistas e R\$ 22.303 Tributárias, totalizando R\$ 164.014.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº14).

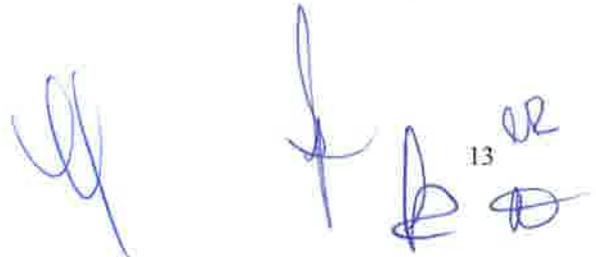
(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.



13

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em reais mil

(q) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(s) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA, que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

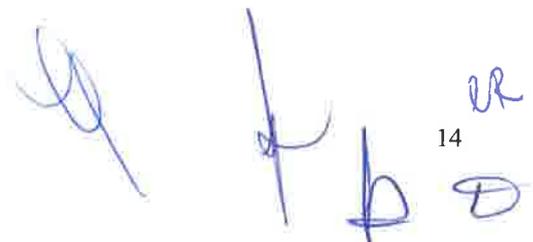
(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em reais mil

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2019, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019, publicada no DOU em 16 de janeiro de 2019.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2018, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 54 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	-	15
Conta Corrente/Bancos	1.004	691
Depósitos Bancários de Curto Prazo	26.431	28.550
Conta Limite de Saque	65.130	98.541
Saldo Contábil	<u><u>92.565</u></u>	<u><u>127.797</u></u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio. Em 31 de março de 2019 compõem o saldo da conta única, também, os recursos financeiros para pagamento das obrigações com pessoal do HCPA referentes à folha de março de 2019,

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em reais mil

isso se devem à mudança de critério no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI data em que ocorreu a migração para o novo sistema de pagamentos. (Nota nº 13)

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	46.723	36.306
Convênios Privados	14.195	13.783
Clientes Particulares	2.251	2.397
Créditos Diversos	2.214	1.402
Subtotal	<u>65.383</u>	<u>53.888</u>
Perdas Estimadas Créditos Liquid. Duvidosa – PECLD	(9.997)	(10.156)
Valor Líquido a Receber	<u>55.386</u>	<u>43.732</u>

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “*Impairment*”).

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Décimo Terceiro Salário	15.888	6.852
Férias	1.812	6.936
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	19	12
Saldo Contábil	<u>17.719</u>	<u>13.800</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2019, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2019.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Medicamentos	6.567	6.524
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	8.580	8.314
Material de Órtese e Prótese	1.937	1.832
Materiais e Utensílios	434	424
Rouparia (uniformes)	867	1.043
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	313	350
Material Expediente/Informática/Gráfica	315	344
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	89	82
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	1.873	1.774
Saldo Contábil	<u>20.975</u>	<u>20.687</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.



16

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

09 Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Edifícios	1	210.169	(57.796)	152.373	153.497
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento[1]		570.323	(7.736)	562.588	558.397
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	207.000	(130.456)	76.544	77.617
Informática	20 a 50	25.876	(16.399)	9.478	7.949
Veículos Diversos	10 a 20	1.032	(800)	232	251
Subtotal Imobilizado		<u>1.083.186</u>	<u>(213.187)</u>	<u>869.999</u>	<u>866.498</u>
Importação em Andamento		4.023		4.023	3.102
Saldo Contábil		<u>1.087.208</u>	<u>(213.187)</u>	<u>874.022</u>	<u>869.600</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, estudos e projetos e instalações, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Custo 01/01/2019</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 31/03/2019</u>
Edifícios	210.169	-	-	210.169
Terrenos	68.786	-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	565.847	4.477	-	570.323
Bens Móveis e Imóveis	204.351	2.701	(53)	207.000
Informática	23.980	2.046	(149)	25.876
Veículos Diversos	1.031	-	-	1.031
Total Imobilizado	<u>1.074.164</u>	<u>9.224</u>	<u>(202)</u>	<u>1.083.186</u>

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Software	20 a 50	7.343	(6.065)	1.278	478
Saldo Contábil		<u>7.343</u>	<u>(6.065)</u>	<u>1.278</u>	<u>478</u>

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.





Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

11 Fornecedores

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Barrfab Indústria Comércio Imp e Exp	1.542	-
Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	925	618
Systemech Sistemas e Tecnologia	808	-
AGFA Healthcare It Brasil *	306	837
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda*	245	659
Consórcio Tratenge Engeform *	216	3.093
	<u>4.042</u>	<u>5.207</u>
Demais Fornecedores	19.868	27.036
Saldo Contábil	<u>23.910</u>	<u>32.243</u>

* Estes fornecedores aparecem listados devido a comporem o saldo dos maiores fornecedores em 31 de dezembro de 2018.

O fornecedor Barrfab Indústria Comércio Imp e Exp, possui contrato conforme autorização de fornecimento 139.852/1 e fornece diversos materiais médico hospitalares, entre eles mesas cirúrgicas e acessórios para cirurgias diversos.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	1.218	2.058
PIS sobre Faturamento	30	37
COFINS sobre Faturamento	140	173
Obrigações Tributárias	<u>1.388</u>	<u>2.268</u>
Fundo de Garantia Tempo de Serviço-FGTS	-	7.423
Contribuição Previdenciária - INSS	-	281
Pensões	13	13
Obrigações Sociais	<u>13</u>	<u>7.717</u>
Saldo Contábil	<u>1.401</u>	<u>9.985</u>

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234 ou de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	34.664	48.620
Previdência e Assistência Médica	4.544	4.497
Empréstimos e Financiamentos	3.013	3.014
Outras Despesas de Pessoal	3.225	4.065
	<u>45.446</u>	<u>60.196</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de março de 2019. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. Isso se deve à mudança de critério nos pagamentos via SIAFI, uma vez que ocorreu a migração para o novo sistema em que as Ordens Bancárias são efetivadas quando da sua assinatura pelo ordenador de despesa, ou seja, a compensação ocorreu no primeiro dia útil de abril de 2019 (Nota nº 05).

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

			31/03/2019	31/12/2018
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	15.761	284.755	300.516	297.465
Férias a Pagar (b)	85.667	-	85.667	97.499
Décimo Terceiro a Pagar (c)	14.756	-	14.756	-
Licença Especial (c)	54.135	-	54.135	52.514
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.106	15.400	19.506	20.620
Saldo Contábil	174.425	300.155	474.580	468.098

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

			31/03/2019	31/12/2018
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências Trabalhistas	14.454	264.529	278.983	276.143
Contingências Cíveis	1.307	19.107	20.414	20.215
Contingências Tributárias	-	1.119	1.119	1.107
Saldo de Contingências	15.761	284.755	300.516	297.465

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) Férias a Pagar

	31/03/2019	31/12/2018
Férias		
Saldo Inicial	71.962	69.911
Baixas	(26.910)	(66.056)
Apropriações	17.334	68.107
Total de Férias	62.386	71.962
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	25.177	24.878
Baixas	(10.040)	(24.518)
Apropriações	8.144	25.177
Total de Encargos sobre Férias	23.281	25.537
Saldo de Férias a Pagar	85.667	97.499

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

(c) **Décimo Terceiro a Pagar**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Décimo Terceiro a Pagar		
Saldo Inicial	7.038	-
Baixas	(50)	-
Apropriações	3.757	-
Total de Décimo Terceiro a Pagar	10.745	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	2.627	-
Baixas	(18)	-
Apropriações	1.402	-
Total de Encargos sobre Décimo Terceiro a Pagar	4.011	-
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	14.756	-

(d) **Licença Especial**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	38.324	36.418
Baixas	(508)	(5.061)
Apropriações	1.122	6.967
Total de Licença Especial	38.938	38.324
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.190	13.548
Baixas	(189)	(1.872)
Apropriações	1.196	2.514
Total de Encargos sobre Licença Especial	15.197	14.190
Total de Licença Especial a Pagar	54.135	52.514

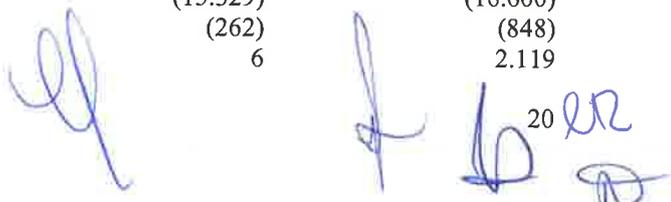
(e) **Tempo de Serviço Passado (TSP)**

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo (ver Nota 14). O valor correspondente a doze prestações, encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(15.329)	(16.600)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(262)	(848)
Reversão de Menos-Valia	6	2.119



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em reais mil

Saldo em 31 de março

(15.585)

(15.329)

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 6 e R\$ 2.118 (respectivamente 31/03/2019 e 31/12/2018), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

16 Receita Operacional Líquida

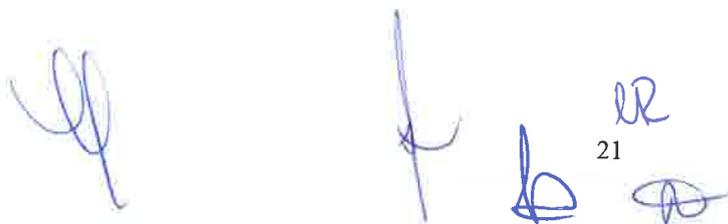
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde-SUS	43.496	40.790
Convênios	12.748	13.886
Particulares	1.468	1.381
Pesquisas e Análises	1.028	890
Ensino	208	193
Total de Serviços Prestados	<u>58.948</u>	<u>57.140</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(103)	(106)
COFINS sobre Faturamento	(474)	(489)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(577)</u>	<u>(595)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>58.371</u>	<u>56.545</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício foi adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos deixam de compor o grupo de receitas operacionais e passam a compor, separadamente, às demais receitas.

17 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Auxílio Creche	353	361
Auxílio Alimentação	8.306	7.487
Vale Transporte	932	733
Assistência Médica	2.766	2.401
Previdência Privada	7.627	6.949
Saldo Contábil	<u>19.984</u>	<u>18.291</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.



21

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

18 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	1.107	1.378
Receitas de Leilões	-	8
Indenizações e Restituições (Previdência)	1.512	686
Reversão de PECLD	4	32
Doações de Estoque e Uso Permanente	623	350
Total de Outras Receitas	<u>3.246</u>	<u>2.454</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	-	(130)
Outros Decréscimos	(117)	-
	<u>(117)</u>	<u>(130)</u>
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(66)	(136)
	<u>(66)</u>	<u>(136)</u>
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(183)</u>	<u>(266)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>3.063</u>	<u>2.188</u>

19 Resultado Financeiro

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	403	424
Juros e Multas Previstos em Contratos	61	49
Varição Cambial e Monetária Ativa	135	38
Total Receita Financeira	<u>599</u>	<u>511</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(585)	(590)
Varição Cambial	(276)	(29)
Correção Monetária AFAC	-	(6.882)
Total Despesa Financeira	<u>(861)</u>	<u>(7.501)</u>
Saldo Contábil	<u>(262)</u>	<u>(6.990)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.




 22 


Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018
Em reais mil

20 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância assegurada é de R\$ 320.408 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019. A importância assegurada é de R\$ 13.277.


Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente


Prof. Milton Berger
Diretor Médico


Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo


Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 53.292


Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Relatório sobre a revisão das Informações
Intermediárias

Referente ao primeiro trimestre de 2019

24 de setembro de 2019



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Demonstrações Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

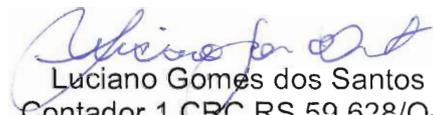
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias encerradas em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis em 18 de maio de 2018 e 18 de março de 2019, respectivamente.

São Paulo, 24 de setembro de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico